

revista **Previ**

nº 159
junho • 2011



Seu futuro é agora

Conheça as possibilidades para ter uma aposentadoria melhor



Governança:
Conselheiros discutem
desafios estratégicos



Pecúlio:
Você pode escolher
seu beneficiário

Clube de Benefícios PREVI

Descontos e vantagens a um clique



Você, participante da PREVI, tem acesso a ofertas de grandes empresas que entregam em todo o Brasil. Acesse www.previ.com.br/clube e saiba mais.



Alguns de nossos parceiros

Bridgestone • Chevrolet • DPaschoal • Magazine da Casa Meu Móvel de Madeira • Frontline • Mania Virtual • Walmart Polishop • Fast Shop • Estácio • XP Educação • Brastemp Consul • Continental • Dako • Electrolux • GE • CCE Info • Dell Sony • Adventura • Procorrer • Vidalink



PREVI
CONSCIENTE
O consumo faz um preço.

Você pode ajudar a fazer um Clube ainda melhor. Antes de comprar, verifique as condições de cada promoção diretamente com as empresas parceiras. Faça sempre uma pesquisa de preços para garantir as melhores condições em sua compra. E não se esqueça de verificar os prazos de entrega e valores de frete. A PREVI apoia o consumo racional como forma de diminuir os impactos ao meio ambiente. Pense nisso. Antes de consumir, reflita se você realmente precisa do produto. Quando não for mais usá-lo, recicle, doe ou faça o descarte correto.

4 CORREIO

INSS no contracheque, verba PREVI 300 e valor médio dos benefícios

6 NOVAS

Reajuste de pensões e aposentadorias, investimentos no Magazine Luiza e humor em carne e osso



8 CAPA

Preserve o que é seu: como manter o valor de seu benefício

13 Contribuições 2b e 2c turbinam sua renda

18 Reingresso: como voltar ao PREVI Futuro



22 BENEFÍCIO

Pecúlio: tudo o que você precisa saber para fazer sua escolha

26 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselheiros debatem desafios estratégicos

28 O papel de nossos representantes nas empresas

30 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em casa e na escola

34 LEITURAS

Histórias de um Brasil profundo

O valor da educação

A educação é um caminho sólido. Seja para o crescimento pessoal, profissional ou até para o desenvolvimento de um país. O que as pessoas muitas vezes esquecem é que a educação não se limita aos bancos escolares. É um processo amplo e permanente, que atravessa diferentes aspectos de nossas vidas, em casa, na rua ou no trabalho. Finanças e previdência não ficam de fora desse processo. Preparar-se para lidar com o dinheiro e formar uma poupança de longo prazo para a aposentadoria exige disciplina e – como qualquer matéria – vontade de aprender. As vantagens, no entanto, são mais do que compensadoras.

Por isso, a Educação Financeira e Previdenciária é assunto permanente aqui, na Revista PREVI. Esta edição traz algumas ferramentas que ajudam os participantes a melhorar o nível de seus benefícios, como as contribuições 2b e 2c para os participantes do PREVI Futuro, ou a preservação do salário de participação, especialmente importante para o participante da ativa do Plano 1. No autoatendimento do site, o pessoal do Plano 1 encontra os cálculos prontos para que possa optar pela preservação do salário. Ou seja, tem como melhorar o benefício que terá na aposentadoria sem pagar nada mais por isso, já que as contribuições estão temporariamente suspensas, em função do superávit do Plano 1.

Nas páginas seguintes, falamos também das condições facilitadas para o retorno daqueles que, por qualquer motivo, tiveram de deixar o PREVI Futuro. Mostramos que a Educação Financeira está sendo introduzida não apenas nas escolas, mas nas empresas e organizações, e damos dicas para o uso responsável do crédito.

Nesta edição, destacamos ainda as vantagens dos pecúlios da PREVI e mostramos como, aderindo à Capec, você proporciona segurança a quem escolher.

Por último, registramos os principais destaques do 12º Encontro de Conselheiros da PREVI, realizado em junho. O evento é importante dentro do processo de formação continuada dos nossos representantes nas empresas em que a PREVI tem participação acionária. Ao debatermos os impactos dos cenários nacional e internacional atuais sobre a agenda estratégica das empresas brasileiras, os conselheiros tiveram a oportunidade de trocar experiências e equalizar conhecimentos.

Boa leitura!

Ricardo Flores
Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Ricardo José da Costa Flores
Diretor de Administração: Paulo Assunção de Sousa
Diretor de Investimentos: Renê Sanda
Diretor de Participações: Marco Geovanne Tobias da Silva
Diretor de Planejamento: Vitor Paulo Camargo Gonçalves
Diretor de Seguridade: José Ricardo Sasseron

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Robson Rocha
Titulares: Alexandre Correa Abreu, Celia Maria Xavier Larichia, Ivan de Souza Monteiro, Mirian Cleusa Fochi, Willian José Alves Bento
Suplentes: Amauri Sebastião Niehues, Carlos Eduardo Leal Neri, Eduardo Cesar Pasa, José Souza de Jesus, Luiz Carlos Teixeira, Waldenor Moreira Borges Filho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Romildo Gouveia Pinto
Titulares: Fabiano Félix do Nascimento, Lúcio Tameirão Machado, Renato Donatello Ribeiro
Suplentes: Aldo Bastos Alfano, Francisco de Assis Chaves Costa, Rudinei dos Santos, Sérgio Nunes Brito

CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO 1

Titulares: Antonio Gonçalves de Oliveira, Aurea Farias Martins, Carlos Frederico Tadeu Gomes, José Branisso, Odali Dias Cardoso, Tarcísio Hubner
Suplentes: Carlos Alberto de Araújo Netto, Flávio José Pastoriz, João Vagnes de Moura Silva, José Paulo Staub, Josimar de Gusmão Lopes, Mécia Maria Nascimento Pimentel

CONSELHO CONSULTIVO DO PREVI FUTURO

Titulares: Dina de Fátima Viegas da Silva, Igor de Barros Magalhães, Ítalo Lazzarotto Júnior, Felipe Menegaz Lajus, Luciana Athaide Brandão Bagno, Wagner de Sousa Nascimento
Suplentes: Andréa Taciana Franklin Monteiro dos Santos, Júlio César Soares Vivian, Lívia Fernanda Machado da Silva, Luciana Vieira Belem, Marcelo Gusmão Arnosti, Rafael Zanon Guerra de Araújo

revista Previ

previ.com.br > publicações

Editada pela Gerência de Comunicação e Marketing, a Revista PREVI é uma publicação bimestral encaminhada gratuitamente aos participantes da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Praia de Botafogo 501, 3º e 4º andares – Rio de Janeiro (RJ)
CEP: 22250-040 – Tel: (21) 3870-1000

Atendimento ao associado: 0800-729-0505 previ.com.br

Envio pelo Correio: para pedir ou cancelar o envio da revista impressa entre no Autoatendimento do site da PREVI

Gerência de Comunicação e Marketing da PREVI (Equipe da Revista): Fernando Garcia, Leandro Wirz, Roberto Sabato e Selma Pereira

Produção editorial: Casa do Cliente Comunicação 360º

Edição: Carlos Vasconcellos

Edição de texto: Eliane Levy de Souza

Textos: Carlos Vasconcellos e Leticia Mota

Revisão: Juliana Carvalho

Direção de arte: Gina Mesquita

Fotos: Adriano Cardozo, Américo Vermelho, Bruno Spada, Gaspar Nóbrega, Heuler Andrey e Marcos Vollkop

Ilustrações: Moa

Impressão: Ediouro

Tiragem: 157.000 exemplares



FALHAS NOSSAS

Solicito mais detalhes, esclarecimentos ou orientações para interpretação do gráfico constante da página 11 da edição nº 158, abr/2011, da Revista PREVI.

A referida página é intitulada “Rentabilidade PREVI Futuro: 9,30%” e traz um gráfico de colunas representando o portfólio de investimentos do Plano, com os respectivos percentuais de rendimentos. Ocorre que estranhamente a última coluna (as colunas estão ilustradas com notas de R\$ 100) do gráfico, que aponta um rendimento de 10,94% para as aplicações em “Financiamento Imobiliário”, está mais alta que a penúltima coluna, que aponta um rendimento de 11,10% para as aplicações em “Empréstimo Simples”. Entendo que a adequação lógica do quadro seria a penúltima coluna mais alta que a última, haja vista tratar-se de mera representação gráfica dos resultados apurados.

Isaque Nascimento Pinto

Presidente Dutra (MA)

Agradecemos pela crítica. Você tem toda razão: a coluna relativa à rentabilidade de Empréstimos Simples (11,10%) deveria ser maior do que a coluna sobre Financiamento Imobiliário (10,94%). Optamos por gráficos feitos pelo desenhista que ilustra toda a edição. Por esse motivo, não há rigor absoluto em termos de escala, o que, de forma alguma, justifica erros. Aceite as nossas desculpas.

Na matéria intitulada “PREVI: 107 anos com sangue novo”, na linha do tempo (página 26 da edição 158 - abril/2011), o ano em que o homem pisou na Lua está errado: não foi em 1968 e sim em 1969.

José Dizioli Corrêa

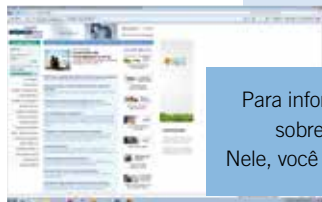
São Paulo (SP)

Agradecemos pela leitura atenta e nos desculpamos pelo erro na digitação, que escapou também à revisão. Você está certíssimo: o homem pisou na Lua em 20/7/1969, ocasião em que o astronauta americano Neil Armstrong disse a histórica frase: “Este é um pequeno passo para o homem, mas um enorme salto para a humanidade”.

Envie suas cartas para **Revista PREVI:** Praia de Botafogo 501, 4º andar, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22250-040 ou acesse previ.com.br
As correspondências devem trazer o nome completo e o endereço do participante. Por razões de espaço e clareza, as mensagens poderão ser publicadas de forma reduzida. Caberá ao editor selecionar as cartas a serem divulgadas.



O selo FSC® garante que esta revista foi impressa pela Ediouro Gráfica com papel certificado, pelas normas da organização internacional FSC (Forest Stewardship Council®)



Para informações sempre atualizadas e confiáveis sobre a PREVI, acesse o site previ.com.br. Nele, você encontra a versão digital da Revista PREVI



BENEFÍCIO ESPECIAL TEMPORÁRIO

Foi estabelecido, no acordo firmado para a distribuição do Superávit, o percentual de 20% incidente sobre a verba 300 (PREVI Benefício), o que ficou claro na edição de fevereiro da Revista PREVI (nº 157). Nos reajustes anuais – em junho – a verba 350 (PREVI Benef. Especial Temporário) será acrescida dos 20% previstos na verba 300? Pela publicação, ficou claro que o aumento será o da verba 300. Havendo aumento na referida verba também terá acréscimo na verba 350?

Leopoldo de A. Goulart

Cantagalo (RJ)

Sim. O valor do Benefício Especial Temporário (BET) é apurado com base nos dados cadastrais e financeiros existentes na data do cálculo e, no caso dos aposentados, corresponde a 20% do benefício da PREVI (verba P300) apurado mensalmente. Dessa forma, as variações no valor do benefício da PREVI (verba P300), em decorrência do reajuste dos benefícios no mês de junho pelo INPC, alteram o valor do Benefício Especial Temporário (BET). Ou seja, quando o benefício for reajustado, o BET também vai aumentar.

INCLUSÃO DO INSS NO CONTRACHEQUE

Como devo proceder para incluir o benefício que recebo do INSS na folha de pagamento da PREVI?

Armando Marquest

Goiânia (GO)

A inclusão no Convênio deve ser solicitada por carta, com cópias autenticadas dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência e Carta de Concessão de Aposentadoria do INSS.

VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO

Consta na página 7 da edição de fevereiro (nº 157) da Revista PREVI que o valor médio do benefício de aposentadoria saltou para R\$ 7,2 mil e o valor médio da pensão subiu para R\$ 4,7 mil. Gostaria de saber se nestes valores está incluída a parte do INSS ou se trata somente do complemento da PREVI.

Edson Hideo Zenke

Maringá (PR)

Nos valores citados na edição 157 da Revista PREVI (página 7), não está incluída a parcela do INSS. Ou seja, trata-se somente do valor médio do benefício da PREVI.



Isaac Asimov

PUBLICAÇÃO DE ARTIGO

Escrevi um artigo que faz transversalidade entre planejamento estratégico e *Fundação* de Isaac Asimov. Gostaria que fosse avaliado para possível publicação na Revista PREVI.

Laydes Márcia Mota Martins

Belém (PA)

Parabéns pelo texto. Por enquanto, não há previsão de divulgação de artigos de leitores. Atualmente, a Revista dá visibilidade à expressão criativa dos participantes por meio da divulgação de livros.

PREVI reajusta aposentadorias e pensões

Os aposentados e pensionistas receberam em junho reajuste nos benefícios da PREVI.

Para os benefícios concedidos até 30/6/2010, o índice de reajuste acumulado da PREVI foi de 6,44%, correspondente ao INPC acumulado entre junho de 2010 e maio de 2011.

Para os benefícios concedidos pela PREVI a partir de 1/07/2010, computou-se o INPC acumulado entre o primeiro dia do mês de início do benefício e 31/05/2011.

Forma de cálculo depende da data de concessão do benefício

Benefícios Complementares (concedidos até 23/12/1997, para participantes filiados antes de 4/3/1980) – o reajuste da PREVI (6,44%) é aplicado sobre o benefício global (INSS + PREVI). Para saber qual é o valor do complemento PREVI, subtrai-se do total o valor do benefício pago pelo INSS.

Benefícios Suplementares (demais benefícios) – o reajuste da PREVI de 6,44% é aplicado somente sobre o benefício da PREVI. Para os benefícios concedidos pela PREVI a partir de 1/7/2010, computou-se o INPC acumulado entre o primeiro dia do mês de início do benefício e 31/5/2011.

Reajuste vale para o PREVI Futuro

O mesmo percentual de 6,44% é aplicado às aposentadorias e pensões pagas a assistidos do PREVI Futuro. Quando o participante se aposenta ou quando seus dependentes passam a receber pensão, o benefício passa a ser vitalício e reajustado pelo mesmo índice.



Humor em carne e osso

O trio de personagens da Revista PREVI, Anderson, Alice e Adalberto, ganhou vida no 12º Encontro de Conselheiros, realizado em junho na Costa do Sauípe, na Bahia. As dúvidas, os anseios, as vitórias e os conflitos de geração desses três participantes foram apresentados – com muito bom humor – por atores, em esquetes sobre seguridade encenadas na abertura do encontro. Acompanhe as aventuras desse grupo aqui mesmo na revista e no site.

Gente de futuro

O plano PREVI Futuro, criado em 1998, vem tendo aumento progressivo de adesões dos novos funcionários do Banco do Brasil. Se em 2003 o índice de adesão era de 67%, no final de 2010 chegou a 91%, com mais de nove mil novos associados apenas no ano passado. Em abril deste ano, foi conquistado o recorde de adesões: 94,7% dos funcionários admitidos no mês. Este acentuado aumento de participantes do Plano, fruto de trabalho conjunto da PREVI com a área de gestão de pessoas do BB, justifica o forte crescimento do patrimônio do PREVI Futuro, que levou dez anos para atingir o primeiro bilhão e em menos de dois anos saltou para R\$ 2 bilhões.

O poder da informação

Os participantes de planos de previdência complementar devem se integrar mais à gestão dos fundos. É o que defendeu o diretor-superintendente da Previc, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, José Maria Rabelo, durante o 4º Seminário de Educação Previdenciária, realizado em junho, em Brasília. Segundo ele, a Educação Previdenciária representa um grande desafio para a sociedade brasileira e é fundamental que os participantes tenham consciência da importância que ela tem.

E saber escolher um perfil de investimento tem tudo a ver com a Educação Previdenciária. Durante o evento, o diretor de Seguridade da PREVI, José Ricardo Sasseron, alertou que a escolha de um perfil é individual e deve levar em conta características pessoais como o apetite por risco, idade e tempo restante de contribuição até a aposentadoria, além de fatores como o conhecimento sobre o mercado e sobre o próprio plano de benefícios. Para saber mais sobre os perfis, acesse o site, clique em Planos e Produtos > PREVI Futuro > Perfis de investimentos.

PREVI investe no Magazine Luiza

A PREVI participou da Oferta Pública de Ações do Magazine Luiza e adquiriu 3.750.000 ações, equivalentes a 1,8% do capital da companhia, totalizando investimento de R\$ 60 milhões. Foram alocados R\$ 50 milhões para o Plano 1 e R\$ 10 milhões para o Plano Previ Futuro.

O Magazine Luiza é uma empresa brasileira com sede em Franca, São Paulo. Foi fundada há mais de 50 anos e atualmente é uma das maiores redes de varejo do Brasil, com mais de 600 lojas.

“A Política de Investimentos na PREVI foca o setor varejista como estratégico. O Brasil experimentou nos últimos anos um crescimento consistente de sua economia, que possibilitou o aumento do poder aquisitivo das famílias. Milhares delas foram convidadas a participar de uma dinâmica de consumo, acessando bens e serviços antes inimagináveis”, explica o Presidente da PREVI, Ricardo Flores.



Redução de salário pode ocorrer com qualquer um. Ninguém está livre de perder comissão, deixar de receber adicional noturno ou ter redução de horas-extras, entre outras perdas. Mas há um jeito de evitar que uma queda reduza o valor da aposentadoria: a saída é recorrer à chamada preservação de salário de participação, um direito que – obedecidas certas condições – pode ser exercido pelos participantes da ativa do PREVI Futuro e do Plano 1 sempre que tiverem uma queda na remuneração do Banco e, por consequência, no seu salário de participação da PREVI (valor sobre o qual a contribuição mensal é calculada).




Preserve o que é seu

Quem está na ativa pode evitar que uma queda na remuneração do Banco reduza o valor de sua aposentadoria futura. No site, o participante da ativa do Plano 1 verifica se tem direito e autoriza a preservação do seu salário de participação

O pessoal da ativa do Plano 1, em especial, não pode perder essa oportunidade. Como o cálculo do benefício de aposentadoria é feito com base nos salários de participação anteriores à concessão, quanto maiores forem esses salários, maior será o valor do benefício. O detalhe é que o pagamento das contribuições está suspenso por causa do superávit do Plano 1, ou seja, o participante pode aumentar o valor da aposentadoria sem desembolsar nada por isso.

É muito fácil autorizar a preservação do salário de participação: no site, o participante da ativa do Plano 1 verifica se tem ou não direito e autoriza on-line. É bom dar uma olhada sempre, porque o salário de participação pode variar de um mês para o outro e o pedido de preservação deve ser feito dentro do prazo de 90 dias a partir da redução da remuneração na folha de pagamento do Banco. De qualquer forma, é um bom lugar para acompanhar a variação do salário nos últimos 12 meses, independentemente de se ter direito ou não à preservação. Entre no autoatendimento e confira. Você encontra cálculos individualizados e acompanha a variação dos salários de participação em

gráfico. Outra ferramenta semelhante está começando a ser desenvolvida para o pessoal do PREVI Futuro e estará disponível em breve.

Esses são novos instrumentos, que permitem aos participantes conhecer e exercer seus direitos. Direitos que são exercidos na prática. A preservação do salário de participação melhorou a aposentadoria de Juraci Fernandes da Costa, participante do Plano 1. Ela conta que tinha um cargo comissionado como gerente de módulo em uma agência de Curitiba e que perdeu essa posição quando houve uma mudança de gerência. Na hora em que isso aconteceu, Juraci ficou muito abalada. Além do salário menor, ela ficou preocupada, pois planejava se aposentar dentro de mais alguns anos. “Como a perda salarial chegou a 40%, minha aposentadoria seria muito prejudicada”, diz. Ela não sabia o que fazer. Solicitou ajuda, então, ao Sindicato dos Bancários. Foi quando descobriu a preservação. “Fiquei mais tranquila. Pedi para manter o nível de contribuição e me aposentei três anos depois, em fevereiro deste ano, ao completar dezessete anos e meio de Banco”, conta. 

Outros, no entanto, sabem como é importante fazer a preservação de salário de participação. É o caso de José Alexandre Zanon. Ex-funcionário do setor de Tecnologia do Banco do Brasil, em Brasília, ele se aposentou em setembro do ano passado. “Eu vinha recebendo um adicional noturno, que mais tarde foi retirado”, lembra. Faltando três anos para se aposentar, ele não titubeou: pediu a preservação. “Tinha visto a mesma situação acontecer com outros colegas, que deixaram passar a oportunidade”, diz. “Como eu tinha tempo de casa e já sabia dessa possibilidade, não pensei duas vezes.” E, uma vez que o cálculo da aposentadoria dos associados do Plano 1 é feito pela média dos últimos 36 salários de participação, isso fez toda a diferença. “Deu uma melhorada boa”, diz ele, que hoje trabalha como autônomo para uma empresa de tecnologia.

PREVI Futuro: amparo à família

Para o PREVI Futuro, preservar o salário de participação tem um significado especial. É uma forma de dar mais amparo à família caso o participante se aposente por invalidez ou venha a falecer. A preservação do salário de participação permite que esses benefícios sejam calculados sobre uma base de contribuição maior. Isso porque os benefícios de risco no PREVI Futuro não são calculados pelo saldo de conta do participante, mas pela média dos últimos 36 salários de participação. “Pedi a preservação logo que saiu minha primeira folha de pagamento depois da transferência de cidade”, conta Homero Deboni, 37 anos, participante do PREVI Futuro.

“Em menos de 15 dias estava tudo resolvido e, no mês seguinte, já podia conferir o resultado no Extrato de Contribuições, no autoatendimento do site”, explica.

Preservando o salário de participação maior, baseado na remuneração que ganhava no Rio de Janeiro antes da transferência para Mato Grosso do Sul, Homero quer manter a renda da família no caso de infortúnios ainda na ativa ou de falecimento, mas também deseja engordar o saldo de conta que será revertido em renda na aposentadoria. Está de olho no presente e no futuro. Se estivesse preocupado apenas com a aposentadoria, no longo prazo, poderia fazer somente contribuições adicionais (as chamadas 2c), em vez de preservar o salário. Mas, se fizesse isso, não estaria se protegendo dos riscos do presente. Tanto de um jeito quanto do outro, o desembolso é por conta dele.

Mas Homero agarra todas as oportunidades. Quer garantir tanto os chamados benefícios de risco (invalidez ou morte) quanto os programados (rendas de aposentadoria). Por isso, faz a preservação de salário e ainda contribui para a 2c, sem falar que a ascensão profissional já lhe dá pontuação para fazer a contribuição 2b, na qual conta com a contrapartida do Banco (*saiba mais na reportagem Dinheiro na mão é vendável*). Homero, por sua vez, lembra que infelizmente nem todos pensam assim. “Tem colegas que deixam passar oportunidades sem sequer perguntar a respeito. Há analistas da minha idade, com dez anos de Banco, que nem mesmo aderiram à PREVI”, diz. “Por isso, é bom reforçar a mensagem: existem muito mais possibilidades do que aquelas que a gente conhece. Procure se informar”, conclui.



Homero Deboni

Pelo Banco do Brasil, Homero já trabalhou no interior de São Paulo, no Ceará e no Rio de Janeiro, antes de voltar para sua terra natal, Mato Grosso do Sul, no fim do ano passado. Ele lembra que exercer seus direitos como participante é uma forma inteligente de proteger seu futuro e de sua família. “Ainda mais que a minha esposa é militar e as transferências de cidade fazem parte de nossa vida. Temos de estar preparados para as perdas e os ganhos”, afirma.

Planejando ter seu primeiro filho, a volta para Campo Grande foi um modo de ficar mais perto da família, num momento em que precisará de apoio. Mas, para realizar esse projeto pessoal, abriu mão de boa parte de seu salário. “A vaga disponível para essa transferência era de analista júnior e eu já ganhava como analista pleno”, conta. “Deu uma diferença de uns R\$ 1,4 mil no salário bruto.”

O mapa da mina

A partir do momento em que tem sua remuneração diminuída, reduzindo a base de cálculo da contribuição, o participante tem 90 dias – contados a partir do dia 20 do mês em que ocorre a perda na folha de pagamento – para pedir à PREVI que suas contribuições sejam feitas sobre a média aritmética dos últimos 12 salários de participação. Ou seja, sobre um salário de participação maior. Por isso, mesmo quem já pediu preservação de nível deve ficar atento para saber se é preciso fazer uma nova solicitação, já que a média vai se alterando à medida que os meses avançam (*veja o quadro* Tudo que você queria saber sobre Preservação).

Também é preciso lembrar que nem tudo entra no cálculo: diárias, por exemplo, não contam para a preservação. Enquanto verbas salariais entram, verbas indenizatórias e conversões em espécie são excluídas. Por outro lado, os novos regulamentos dos planos da PREVI criaram uma facilidade para os participantes. Se antes, para pedir a preservação de um salário de participação mais alto, era necessário que a remuneração maior tivesse sido recebida




Com a preservação do salário de participação mais alto, o valor da aposentadoria não cai em decorrência da perda de remuneração.

O participante também pode abater ainda mais IR, pois o valor da contribuição mensal permanece maior.

No Plano 1: enquanto as contribuições estiverem suspensas, o participante não terá qualquer custo para preservar o salário de participação.

No PREVI Futuro: é uma forma de melhorar o valor da aposentadoria por invalidez ou pensão por morte, ou de aumentar o saldo da conta para aposentadoria.

durante pelo menos 12 meses consecutivos, agora qualquer evolução no salário de participação pode gerar a solicitação, observadas as regras. Outro ponto importante: é o participante quem arca com as contribuições pessoais e patronais incidentes sobre a diferença entre os salários de participação: o anterior, mais alto, e o atual, mais baixo. Em alguns casos, pedir a preservação do salário de participação pode praticamente dobrar o valor da aposentadoria futura do participante do Plano 1. 

Tudo o que você queria saber sobre preservação

• O que é o salário de participação (SP)?

É a base mensal sobre a qual são calculadas as contribuições do participante. O SP é formado por todas as verbas que compõem a remuneração no Banco, como o vencimento-padrão, comissões, horas extras, adicional noturno, anuênios, adicionais por mérito. Não fazem parte dele as verbas indenizatórias, venda de férias, licença-prêmio e abonos. O cálculo do SP é feito mensalmente, conforme as verbas que o participante recebe. Por exemplo, um participante que ganha uma comissão num mês e, no mês seguinte, deixa de ganhar, vai ter salários de participação diferentes.

• Por que pedir preservação?

Plano 1 – o participante melhora o valor da aposentadoria, pois ela é calculada com base nos 36 SP anteriores à concessão do benefício – assim, se o participante solicitar a preservação do SP, garante o cálculo sobre uma base de contribuição maior.

PREVI Futuro – o participante melhora as condições do cálculo da aposentadoria por invalidez ou pensão por morte. Também aumenta o saldo de conta que será revertido em renda de aposentadoria no futuro.

• Quando pedir a preservação?

Todo participante tem direito à preservação sempre que sua remuneração mensal for reduzida. Exemplos de reduções que dão direito ao pedido: reclassificação de agência, perda de comissão, fim de adicional noturno, interrupção de substituição, redução de horas extras, entrada em licença sem remuneração.

A preservação do SP deve ser solicitada no prazo máximo de 90 dias, contados do dia 20 do mês em que a remuneração for reduzida na folha de pagamento. Para participantes em licença sem remuneração, a solicitação também poderá ser feita no prazo de 90 dias contados a partir da data de retorno às atividades no Banco do Brasil. Mas lembre-se: não valem

reduções de remuneração verificadas no mês subsequente ao recebimento de venda de licença-prêmio, férias, abono-assiduidade ou de folga, entre outras conversões.

• Como pedir?

Plano 1 – pelo autoatendimento do site, usando o simulador.

PREVI Futuro – pelo Fale Conosco do site ou pelo telefone 0800-729-0505.

• Como se calcula o valor a ser preservado?

O valor corresponde à média aritmética do SP dos últimos 12 meses anteriores ao mês da perda. O SP preservado será atualizado de acordo com o índice de reajuste dos salários do Banco do Brasil.

• E se o salário cair uma segunda vez?

O participante pode fazer um novo pedido, mas apenas no caso de o SP médio dos últimos 12 meses ser maior que o salário preservado.

• Mas se o salário aumentar?

Se o salário de participação subir acima do nível do salário preservado, automaticamente será considerado o valor mais alto.

• Quem paga a conta?

Plano 1 – o participante também arca com as contribuições pessoais e patronais calculadas sobre a diferença entre os salários. No entanto, não haverá desembolso pelo participante enquanto as contribuições estiverem suspensas por causa do superávit do Plano 1.

PREVI Futuro – o participante pagará 7% referentes às contribuições pessoais e 7% referentes às patronais incidentes sobre a diferença entre o salário preservado e o salário de participação do mês. ●

A close-up photograph of a hand dropping a gold coin into a stack of other gold coins. The background is a warm, orange-toned gradient. The text 'Dinheiro na mão é vendaval' is overlaid on the left side of the image.

Dinheiro na mão é vendaval

Saber poupar é planejar o futuro: contribuição 2b é fundamental para que o participante do PREVI Futuro se aposente com renda próxima ao salário; contribuição 2c melhora essa renda

Você conhece algum investimento que dê retorno imediato de 100%, sem nenhum risco? Grandes investidores vivem à procura de oportunidades assim e não encontram. No entanto, essa possibilidade está ao alcance de milhares de participantes do PREVI Futuro, e muitos deles não sabem. Ou pior: deixam passar essa chance. Estamos falando da chamada contribuição 2b, parcela recolhida pelo funcionário e acompanhada (ou seja, com igual aporte) pelo Banco do Brasil, que pode chegar ao limite de até 10% do salário de participação (o valor sobre o qual efetivamente são calculadas as contribuições mensais ao Plano). Ela é fundamental para que o funcionário tenha um benefício mais próximo do valor da remuneração que tinha pouco antes de se aposentar. ➡

Todo participante do PREVI Futuro contribui com 7% sobre o seu salário de participação – a chamada parte 2a. À medida que o tempo passa e ele sobe na carreira, o ideal é que aumente a sua contribuição por meio da parte 2b. A lógica é a seguinte: é preciso compensar o período em que a contribuição foi feita sobre um salário menor e, dessa forma, acumular o suficiente para uma renda de aposentadoria próxima aos últimos salários da ativa. É uma forma de incorporar a evolução salarial à aposentadoria. Por isso, ninguém deve abrir mão de fazer contribuição 2b assim que consegue pontuação.

O que é Pontuação Individual do Participante

A Pontuação Individual do Participante (PIP) é calculada por um sistema que acompanha a evolução da carreira do funcionário dentro do Banco do Brasil e lhe atribui uma pontuação que corresponde a um determinado percentual de contribuição ao Plano. A PIP leva em conta os salários inicial e atual, além do tempo que o funcionário tem no Plano. A contribuição 2b funciona da seguinte maneira: à medida que o participante sobe na carreira, é permitido aumentar o percentual de contribuição, além dos 7% válidos para todos. Dessa maneira, é possível se aposentar com renda próxima à dos últimos salários da ativa.

O sistema sempre processará o nível máximo de contribuição, a não ser que o participante altere esse limite no SisBB. O melhor é deixar o sistema cobrar pelo percentual máximo. Mas fique de olho: se, por algum motivo, você fez alguma alteração, certifique-se sempre de revisá-la, porque o seu futuro já começou. Se você mudou o percentual, o melhor a fazer é voltar lá e marcar 10%. No aplicativo Pessoal, opção 34, subopção 22, você consulta sua pontuação e vê qual é o seu percentual de 2b. Um participante pode chegar a contribuir com 17% sobre o seu salário de participação – os 7% da parte 2a mais 10% da parte 2b.

Alexandre Pisão



Além disso, o participante pode fazer aportes adicionais, esporádicos ou mensais, que não são acompanhados pelo patrocinador: as chamadas contribuições 2c. Em ambos os casos, tanto na contribuição 2b quanto na 2c, esses aportes podem ser abatidos no Imposto de Renda até o limite de 12% do valor a ser pago por quem opta pela declaração no formulário completo.

O gerente de Relacionamento Alexandre Pisão, da agência Senador Dantas, no Centro do Rio, começou, por conta própria, a fazer aportes adicionais mensais de 2% este ano pela 2c. Também faz as contribuições 2b de 3%, limite calculado pelo Plano de acordo com a PIP. O art. 62 do Regulamento do Plano, disponível no site ([link Conheça a PREVI Normativos](#)), discrimina todos os percentuais máximos de contribuição de acordo com a PIP.

Com 11 anos de PREVI Futuro, Pisão conta que começou a pensar em meios de aumentar seu saldo de conta depois de fazer algumas simulações no site da PREVI, onde pode projetar o volume necessário de contribuições para atingir a renda de aposentadoria desejada. É o chamado Simulador de Renda, uma ferramenta muito útil que está disponível no autoatendimento.

“Cheguei à conclusão de que o valor não estava no nível que eu queria”, diz. Então, o gerente começou a procurar no próprio site da PREVI as alternativas para aumentar o seu saldo de conta. “O site podia ser um pouco mais simples, mas está tudo lá”, registra.

Há também outra razão de peso: “Quem chega a um nível médio de gerência paga muito Imposto de Renda, e aumentar a parcela de previdência privada é uma boa maneira de reduzir essa carga”, justifica Pisão. Ele acredita que, se esses tipos de contribuição fossem mais divulgados, muito mais pessoas iriam aderir. “Depois que descobri como fazer, contei para os colegas de agência e muitos deles também começaram a contribuir”, conta.



Contribuição 2b é imprescindível

Às vezes, o exemplo está na família. É o caso de Osmar Akaboci, assistente sênior de tecnologia da informação do Banco do Brasil, em Brasília. Trabalhando desde 1998 no Banco, Akaboci planeja se aposentar dentro de dez anos. “Fiz o concurso em São Paulo. Estava em uma das primeiras levas do PREVI Futuro”, lembra. Com 47 anos, ele autoriza o desconto máximo de 10% pela 2b, embora o sistema permita, por enquanto, contribuição de 7%. Na prática, isso quer dizer que Akaboci contribui com os 7% regulares e com mais 7% por causa da sua ascensão profissional. Nos dois casos, o Banco do Brasil aporta o mesmo volume de recursos, o que significa que, todo mês, o seu saldo de conta recebe um valor equivalente a 28% do salário de participação, embora ele desembolse apenas a metade.

Akaboci recomenda à filha, Anna Raquel, que trabalha na agência do BB no Ministério da Agricultura, também em Brasília, que contribua desde já. “Quanto mais cedo ela aderir, melhor. Anna tem só 19 anos e um tempo que eu já não tenho. Contribuindo mais e por um prazo maior, terá uma situação mais confortável”, diz.

Com cabeça de bom poupador, Akaboci sabe que acabaria gastando o dinheiro dessa contribuição caso o deixasse parado na conta. “Se ficar lá, a gente gasta. É como diz a música: dinheiro na mão é vendaval”, brinca. E o participante dá um exemplo de boa educação financeira, prestando atenção ao dinheiro de sua aposentadoria.

“Quando saíram as opções de perfis de investimento, escolhi o Agressivo”, conta. “Depois, com a turbulência do mercado, recuei para o Perfil PREVI, mas devo voltar ao Agressivo. Quando faltarem quatro ou cinco anos para a aposentadoria, recuo de novo para um patamar mais conservador.”

Apesar de consciente da força dos aportes adicionais, ele não faz as

Osmar Akaboci

contribuições esporádicas 2c. Segundo o participante, isso faz parte de sua estratégia de investimento. “Vou com a 2b porque nela o Banco me acompanha”, explica. Os recursos que poderiam ser aplicados na 2c, conta ele, vão para investimentos pessoais em ações, debêntures, fundos de participações, imóveis etc. “É uma forma de conseguir mais liquidez, mais velocidade para entrar e sair do mercado, aproveitando as boas oportunidades”, justifica. Mas investir “é correr riscos calculados e não agir com imprudência”, lembra Akaboci. Afinal, ele sabe o valor da boa gestão dos recursos. “Não adianta investir sem primeiro conhecer. Fiz cursos, estudei o mercado antes de colocar meu dinheiro em ações”, conta. “Quem não quiser ter essa dor de cabeça deve pôr mais 2% ou 3% nas contribuições 2c mensais e deixar o dinheiro na PREVI mesmo.”

Com todas as vantagens que a contribuição pode trazer, só quem realmente não conhece o sistema ou tem um motivo especial abre mão desse direito. É o caso de Jorge de Freitas Duarte, gerente de divisão do BB, em Brasília, também participante do PREVI Futuro. Apesar de poder contribuir com 7% para a 2b, ele optou, por hora, por abrir mão desse valor. Como o Banco acompanharia sua contribuição, ele está sofrendo uma perda e tanto. Nesse momento, seu saldo de conta está deixando de receber 14% do salário.

Duarte conta que a decisão foi consciente e que não autorizou as contribuições 2b por um motivo nobre. “Estou montando a minha casa e não podia arcar com o desconto nesse momento”, justifica. Mas a decisão, segundo ele, é temporária. “Sei que a contribuição é importante e pretendo autorizar os descontos da 2b no fim do ano”, diz. “E sei também que, quanto mais eu contribuir, melhor para minha aposentadoria. Até porque pretendo me aposentar mais cedo.” 🙌



Jorge de Freitas Duarte





Contribuição 2c ajuda a programar a hora da aposentadoria

Como a renda de aposentadoria depende do saldo que cada participante vai acumular, a contribuição 2c é uma baita ajuda para programar a data da aposentadoria. Extras como PLR (Participação nos Lucros e Resultados), décimo-terceiro, férias etc. podem ser depositados na chamada 2c esporádica, desde que não sejam inferiores a 20% do salário. O participante também pode programar contribuição 2c mensal, no percentual mínimo de 2% do salário. Tudo isso vai aumentar o saldo de conta de forma planejada, o que permite ao participante decidir até trabalhar por menos tempo.

Enquanto alguns não podem contribuir por circunstâncias da vida, outros aproveitam uma boa situação e fazem aportes em níveis muito acima da média. O caso é atípico, mas ilustra bem até onde pode ir uma postura de poupança agressiva. Denise Cavalcanti de Souza aderiu às contribuições 2b e 2c no fim do ano passado. Ela conta que descobriu o sistema de contribuições em uma palestra promovida pela PREVI com o diretor de Seguridade, José Ricardo Sasseron. “Depois, uma gerente, colega da agência onde eu trabalhava, veio me mostrar como fazer a opção e me informar sobre o sistema”, diz. Participante do PREVI Futuro, Denise autorizou um limite de 4% na contribuição 2b, embora o sistema permita apenas 2%, por enquanto. Até aí, nada demais. Na contribuição 2c, bancada exclusivamente por sua conta, no entanto, ela autorizou um desconto mensal de 25% em seu salário de participação.

O valor espanta, ainda mais por se tratar de um desconto mensal. Mas Denise aproveita uma situação muito peculiar para garantir, agora, um futuro mais tranquilo. “Quero ter uma aposentadoria que seja suficiente para meus gastos futuros”, explica. Ela mora com os pais, que a ajudam a cobrir suas

despesas mensais para que possa fazer uma contribuição mais elevada – que de outro modo não estaria a seu alcance. “Enquanto eu puder, faço esse aporte”, diz. “Meu pai é aposentado do Banco do Brasil pelo Plano 1, e eu sei que meu plano é diferente do dele. Por isso, meu nível de renda vai depender do quanto eu puder contribuir para a PREVI”, afirma.

Denise é solteira e diz que não pretende se casar. “Vou ficar sozinha quando meus pais se forem”, diz. Ela, que entrou no Banco em 2000, revela que pretende se aposentar quando tiver 25 anos de serviço. “Estarei com quase 70 anos e sem outra fonte de renda. Preciso ter segurança, mesmo que me falte um pouco agora, para que eu possa garantir um pouco mais no futuro.”

A convicção de que precisa acumular o maior saldo possível em sua conta, no entanto, não garante a Denise 100% de certeza sobre a melhor estratégia para chegar lá. “Ainda tenho algumas dúvidas”, diz. “Não sei se seria melhor autorizar um limite maior na contribuição 2b e reduzir um pouco a 2c ou manter meus limites como estão”, diz.

A dúvida é pertinente. A participante deve levar em conta que cada real aportado por meio da contribuição 2b é dobrado em função do valor depositado pelo Banco do Brasil, ao contrário do aporte da 2c. No entanto, os limites na modalidade 2b são fixados por um sistema de pontuação calculado a partir da evolução de carreira do funcionário dentro do Banco. É essa pontuação que permite elevar gradualmente a parcela até o limite de 10% do salário. Por isso, Denise deve verificar sempre os níveis calculados para a opção 2b de modo a calibrar sua contribuição 2c mensal e garantir o melhor resultado possível dentro de sua estratégia agressiva de poupança.



Denise Cavalcanti de Souza

Simulação com números reais



De cada R\$ 100 de seu salário de participação:

- O participante do PREVI Futuro contribui com R\$ 7 que são acompanhados pelo Banco do Brasil.
- R\$ 0,54 – cobrem a Parte I (risco de morte ou invalidez).
- R\$ 6,18 – cobrem a Parte II a (renda de aposentadoria).
- R\$ 0,28 – cobrem a taxa de carregamento.



Contribuições 2b e 2c:

- Até R\$ 10 para a parcela 2b, dependendo do nível permitido pelo sistema e da opção do participante (o BB acompanha a contribuição).
- R\$ 2 no mínimo se optar pela contribuição 2c mensal (o patrocinador não acompanha o aporte).
- Contribuições esporádicas para a 2c de qualquer valor, desde que sejam de, no mínimo, 20% do salário (o Banco não acompanha esses aportes).

Como fica sua renda de aposentadoria

Os números a seguir demonstram como as contribuições 2b e 2c interferem na renda mensal de aposentadoria. As simulações tomam como base a aposentadoria aos 55 anos, juros

de 5,5% a.a. e tábua de mortalidade adotada pela PREVI. O valor do INSS não está incluído, ou seja, os exemplos mostram somente a renda paga pelo PREVI Futuro. ●

IDADE: 33 ANOS E 5 MESES		TEMPO DE PLANO: 8 ANOS		SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO: 3.643,79		
CONTRIBUIÇÃO 2A	CONTRIBUIÇÃO 2b	CONTRIBUIÇÃO MENSAL 2C	APOSENTADORIA	PORCENTAGEM DO SALÁRIO		
7%	+	1%	+	0%	2.462,72	68%
7%	+	1%	+	4%	2.827,55	78%
7%	SEM AS CONTRIBUIÇÕES 2b e 2c			2.280,30	63%	

IDADE: 31 ANOS E 7 MESES		TEMPO DE PLANO: 13 ANOS		SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO: R\$ 8.756,40		
CONTRIBUIÇÃO 2A	CONTRIBUIÇÃO 2b	CONTRIBUIÇÃO MENSAL 2C	APOSENTADORIA	PORCENTAGEM DO SALÁRIO		
7%	+	4%	+	0%	R\$ 8.403,82	96%
7%	+	4%	+	2%	R\$ 8.908,31	102%
7%	SEM AS CONTRIBUIÇÕES 2b e 2c			R\$ 6.385,56	73%	



Renato Souza está de volta ao quadro de participantes depois de quase nove anos fora do PREVI Futuro. Ele teve de deixar o Plano em 2002 por dificuldades financeiras. Na época, começando a se sustentar e arcando com todos os gastos de moradia, alimentação e deslocamentos, teve de eliminar o máximo de despesas. Até que o corte atingiu os investimentos pessoais e, por fim, o plano de aposentadoria. Durante todo esse tempo, por diversas vezes, cogitou voltar a contribuir com o Plano, mas não era possível. Para retornar, ele precisaria cobrir todas as suas contribuições e também as do patrocinador.

Com o tempo, o custo para retornar ao Plano se tornou uma bola de neve, que deixava o participante cada dia mais longe do regresso. “A primeira vez em que conferi, o valor era de R\$ 60 mil, depois subiu para R\$ 90 mil e chegou a R\$ 109 mil”, conta Renato. Ele até tentou compensar o tempo perdido contribuindo para uma previdência privada. “Só que nenhum plano oferece o que a PREVI oferece”, diz. “Empréstimo simples, pecúlio, financiamento imobiliário”, enumera. “Sem falar na paridade de

A volta dos filhos pródigos

Novo Regulamento oferece melhores condições de retorno para o PREVI Futuro

contribuição do Banco do Brasil e na rentabilidade dos planos, que é muito superior à dos fundos previdenciários que estão no mercado.”

As portas, no entanto, voltaram a se abrir para Renato com a aprovação do novo regulamento do PREVI Futuro, em dezembro do ano passado. A regra atual permite o retorno dos participantes mediante o pagamento da chamada Parte I. Essa parcela é o valor que corresponde apenas às contribuições para os benefícios de risco, pensão por morte e aposentadoria por invalidez. Com isso, o valor para reingresso do participante que se afastou cai para cerca de 10% do valor total das contribuições pessoais e do patrocinador relativas ao período de afastamento. “A PREVI viu esse problema com olhos atentos”, elogia Renato. “Permitir essa possibilidade foi uma decisão muito positiva.”

Ao todo, a medida beneficia cerca de 1.300 participantes que deixaram o Plano nos últimos anos. Desde a mudança no regulamento até o fim de junho, 140 pessoas pediram o reingresso. O objetivo é facilitar o retorno de todos para que possam recuperar o tempo perdido. Vale lembrar que, para regressar ao Plano, é preciso que o funcionário não tenha rompido o vínculo empregatício com o BB. ➡



Certamente essa mudança no regulamento facilita o retorno por ser mais em conta. No entanto, ao arcar somente com as contribuições relativas aos benefícios de risco, o participante acumula menos no saldo de conta. Seu saldo seria bem maior caso recolhesse o valor integral das contribuições que deixaram de ser feitas durante o afastamento – não só essas relativas aos benefícios de risco (Parte I do Plano) mas também aquelas destinadas à parte programada (rendas de aposentadoria – Parte II do Plano). Em suma: a alternativa de voltar desembolsando menos sem dúvida é oportuna, mas o melhor é recompor integralmente o saldo de conta. Renato é um exemplo disso. Sua renda simulada de aposentadoria seria de R\$ 5.805,24 caso tivesse recomposto o valor integral das contribuições. Como ele aportou o mínimo permitido para o reingresso ao Plano, esse valor cai para R\$ 3.905,51.

Para André Amorim, que trabalha na área de Suporte a Operações na diretoria de Negócios do Banco do Brasil, em Brasília, a mudança no regulamento veio em boa hora. André saiu do Plano em 2002 e seu custo para retorno chegou a R\$ 98 mil. “Voltar era completamente inviável”, lembra. Ele conta que acabou deixando o Plano porque, quando ingressou no Banco do Brasil, em 2000, não tinha intenção de fazer carreira. “Ainda estava na faculdade, pensava em montar meu próprio negócio”, diz. “Na época, acabei decidindo usar os meus recursos de outra forma e por isso deixei o Plano.”

Mas a vida dá voltas. A carreira de André no BB evoluiu e, por questões pessoais e de mercado, ele acabou abandonando os planos de montar sua empresa. Em 2006, foi transferido da agência onde trabalhava, em Belo Horizonte, para Brasília. “Isso me levou a repensar a questão da previdência, e decidi voltar.” No entanto, André se surpreendeu com o tamanho do custo. “Quando pedi o cancelamento da inscrição no Plano, não tinha a informação de que precisaria cobrir todas as parcelas de contribuição para voltar.” De lá para cá até a mudança do regulamento, ele estudava inutilmente um meio de retomar as contribuições para o PREVI Futuro. “Pagando apenas a Parte I, o custo caiu para R\$ 8,9 mil”, comemora. “É um valor expressivo, mas possível de levantar.”

Tempo é dinheiro

Apesar do retorno facilitado, André e Renato sabem que, durante esse tempo em que estiveram afastados, perderam uma parte expressiva de sua conta de aposentadoria: a chamada Parte II – contribuições destinadas às rendas de aposentadoria – e o rendimento sobre o valor depositado. Segundo cálculos atuariais, estima-se que, no longo prazo, até 60% dos saldos de contas podem vir do rendimento sobre as contribuições. É por isso que o tempo não deve ser desperdiçado. No entanto, eles preferem deixar de lado as queixas e ver o lado positivo da situação. “Antes tarde do que nunca”, diz André. Renato, por sua vez, conta que pretende melhorar o seu saldo por meio de contribuições adicionais esporádicas 2c. “Quero usar o dinheiro da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), do décimo-terceiro, enfim tudo que puder para recompor o valor do meu saldo”, diz. Fazer contribuições 2c – tanto mensais quanto esporádicas – é uma boa alternativa para quem quer recompor todo o saldo, mas prefere fazer isso no decorrer da carreira.

Manuela Moraes, funcionária do setor de Tecnologia, em Brasília, por sua vez, enquanto negociava seu retorno à PREVI, teve um golpe de sorte que lhe permitiu desembolsar o valor integralmente e recompor o seu saldo com mais facilidade. Fora do Plano desde 2003, seu custo para reingresso chegava a R\$ 108 mil. “Saí por desinformação, era muito jovem e inexpe-

André Amorim



riente”, lembra. Quando o regulamento mudou, ela decidiu que era o momento de voltar. “Eu ia pagar apenas os R\$ 9,2 mil da Parte I e depois tentar recompor o saldo usando o dinheiro das PLRs”, conta. “Mas quando recebi uma quantia ao ganhar uma causa judicial relativa a uns imóveis em Salvador, resolvi pagar o valor total”.

Segundo Manuela, o dinheiro recebido na Justiça contribuiu para a decisão de pagar integralmente as contribuições devidas e ajudou a recompor o saldo de conta. “Eu podia ter pago só a Parte I e deixado o dinheiro investido em outro lugar. Mas qualquer fundo de aplicação que escolhesse dificilmente teria o retorno da nossa previdência”, explica. “E, além da rentabilidade e do saldo previdenciário, estamos falando da PREVI, com toda a solidez e as vantagens que ela oferece aos participantes.”

Se, no entanto, o participante que se afastou do Plano não teve a sorte de receber um dinheiro extra como Manuela, ainda há esperança. Quem deseja retornar ao PREVI Futuro também pode recorrer ao Empréstimo Simples Reingresso, disponibilizado para ajudar o retorno ao Plano. A quantia pode chegar a R\$ 35 mil e obedece aos mesmos critérios de concessão e condições de pagamento do Empréstimo Simples convencional. Pode ser uma boa oportunidade para recompor totalmente o saldo de conta, ou seja, para recolher o valor integral das contribuições que

não foram feitas durante o afastamento.

E os filhos pródigos que retornam ao PREVI Futuro fazem questão de contar aos colegas o que aprenderam enquanto estiveram fora. É o caso de Renato, que transforma a principal lição em três conselhos para os colegas. “Para quem está chegando ao Banco, ‘não deixe de se associar ao Plano’. Para quem saiu, ‘aproveite a chance e volte’. E para quem está pensando em deixar o Plano, ‘não faça isso’. Melhor do que voltar é não sair”, conclui.



Manuela Moraes





Pecúlio, segurança para quem você ama

Benefícios melhores pelo menor preço
e para quem você escolher



A história virou lenda na PREVI, contada por anos a fio entre os funcionários da entidade. Certa vez, um participante, botafoguense, colocou o tradicional clube carioca como beneficiário na Capec, a carteira de pecúlio da PREVI. Quando ele faleceu, o time da Estrela Solitária recebeu o dinheiro como presente de um torcedor cuja paixão ultrapassava o limite da morte. Indicar times de futebol como beneficiários não é comum, porém existem casos em que o valor parcial ou integral do pecúlio é destinado a instituições religiosas, de caridade, orfanatos ou hospitais.

É o caso de Ronaldo Domenico, aposentado do BB, que incluiu entre seus beneficiários um centro espírita de São Paulo. Domenico frequenta o Centro Nova Revelação há 20 anos e admira o trabalho de caridade da instituição religiosa. Por isso indicou a organização como uma de suas beneficiárias do pecúlio, com direito a quase 10% do valor. “A entidade está buscando recursos para tocar uma creche que administra em parceria com a prefeitura”, conta o participante.

Além do centro, os irmãos e filhos do participante, assim como sua atual mulher, estão na lista. Domenico explica

que, além de fazer o bem ao colocar uma instituição de caridade como beneficiária, garante que o dinheiro será recebido por alguém caso eventualmente os outros indicados venham a falecer antes dele.

Outra participante do interior de São Paulo, que prefere não se identificar, inscreveu uma instituição religiosa como beneficiária única de seu pecúlio. Sem herdeiros, ela quer que o dinheiro sirva para ajudar outras pessoas depois que morrer. Na instituição, no entanto, ninguém sabe da generosidade da benfeitora anônima.

Além da proteção adicional em caso de invalidez, a possibilidade de beneficiar a quem se ama foi o que levou Carlos Henrique Borges, funcionário do BB, no Rio de Janeiro, a contratar o pecúlio. Participante do PREVI Futuro desde que entrou no Banco, em 2005, ele 🙌

Ronaldo Domenico



não conhecia a Capec. “Foi um funcionário novo que me apresentou ao pecúlio da PREVI”, conta. “Se soubesse, teria entrado até antes”, diz Borges, que se orgulha de ser filho de peixe: seu pai é aposentado do BB pela PREVI e seu filho mais velho vai prestar concurso para o Banco.

Borges tem razão. Comparado aos seguros de vida disponíveis no mercado, o pecúlio da PREVI tem o melhor preço e os melhores níveis de benefício. E não discrimina os participantes mais idosos, que permanecem no plano enquanto desejarem. (veja quadro Melhor preço do mercado).

Esses preços competitivos são um bom motivo para avaliar se não é hora de mudar de faixa para adquirir um pecúlio de maior valor. Há quem tenha contratado a modalidade Júnior – mais em conta – no passado e até tenha esquecido disso com o passar dos anos. Portanto, avalie se há condições de mudar para o Executivo, por exemplo, o pecúlio que paga o maior valor ao beneficiário. O valor da cobertura melhora, mas o custo não sobe tanto assim. São cinco as modalidades, em ordem crescente de cobertura: Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

Um pecúlio que merece atenção é o Invalidez. O custo é muito pequeno quando agregado ao pecúlio por morte, adquirido pela maioria das pessoas. O detalhe é que o por morte reverte para os outros enquanto o por invalidez pode vir a beneficiar o próprio participante, no caso de aposentadoria por invalidez pelo INSS, independentemente da causa.



Rejuvenescimento bem-vindo

A aquisição de pecúlios pelos mais jovens é fundamental. Reduz riscos e permite a manutenção de valores de contribuição competitivos, o que, por sua vez, estimula mais e mais a aquisição pelas gerações mais jovens de funcionários do Banco.

Carlos Henrique Borges

No final de 2010, dos 105 mil segurados, pouco menos de 10 mil pertenciam ao PREVI Futuro, plano previdenciário com perfil etário mais jovem. A fim de mudar essa situação, a PREVI tem feito um esforço para apresentar o serviço aos novos participantes, no momento da adesão ao Plano. E vem colhendo resultados. Em dezembro, o nível de contratação de pecúlio entre as novas turmas de funcionários era de 11%, mas pulou para 60% no final de maio. O próximo desafio será reforçar a importância do pecúlio para os cerca de 60 mil participantes do PREVI Futuro que ainda não adquiriram algum.

Reajustes para manter o equilíbrio

Outro fator vital para a carteira de pecúlio são os reajustes anuais nos valores de contribuição, previstos no Regulamento. O objetivo é atingir o equilíbrio patrimonial da carteira, sem tirar sua vantagem de preço em relação aos similares do mercado e seu caráter inclusivo – abrigo para os participantes que não seriam aceitos em planos de seguro de vida por causa da idade. A PREVI procura não onerar os mais idosos que, historicamente, têm tido reajustes menores.

O critério de cálculo leva em conta o número de participantes, idades, níveis de contribuição e tábuas de probabilidade de morte e invalidez. Com essas variáveis, os atuários calculam o valor de reajuste necessário para cobrir a previsão de despesas da carteira de pecúlio para os 12 meses seguintes. O raciocínio é semelhante ao de um fluxo de caixa, pois na Capec o regime é de repartição simples, ou seja, as contribuições são recolhidas mensalmente para cobrir os pecúlios pagos naquele mês. Por outro lado, o regulamento da carteira de pecúlios prevê que 10% das contribuições sejam encaminhadas para um fundo de oscilação de risco. Um colchão de liquidez que permite fazer frente às despesas caso elas sejam mais altas do que o previsto. Como o cálculo é anual, eventuais sobras podem ser usadas para atenuar o índice de reajuste. Mesmo com o reajuste das contribuições aplicado em maio, os pecúlios da PREVI continuam sendo mais vantajosos que os oferecidos pelo mercado, conforme comprova a tabela Melhor preço do mercado. Na revisão anual da tabela, também foram reajustados os valores dos pecúlios. ●

Melhor preço do mercado

Valores de contribuição (R\$)				
Faixa Etária	PREVI	Concorrente (1)	Concorrente (2)	Concorrente (3)
Até 34	64,80	87,98	89,54	63,42
De 35 a 40	78,21	157,75	135,31	107,85
De 41 a 45	117,94	157,75	190,06	132,72
De 46 a 50	163,38	157,75	284,95	158,94
De 51 a 55	199,02	**	443,33	259,74
De 56 a 60	257,34	**	659,41	383,25
De 61 a 65	296,43	**	979,13	573,90
Acima de 65	348,27	**	**	**

(**) Não é oferecido pelo concorrente para esta faixa etária

Observações:

PREVI/CAPEC:

R\$ 130 mil para Morte para Executivo, Especial Executivo, Invalidez Executivo. Total segurado: R\$ 390 mil

Concorrente (1):

R\$ 150 mil para Morte, Cônjuge e Invalidez. Total segurado: R\$ 450 mil

- Indenização por Invalidez parcial ou total (IPA) em caso de acidente, de acordo com a Tabela de Invalidez Permanente da SUSEP
- Cobertura em dobro para Morte Acidental
- No caso de falecimento de filhos entre 14 e 21 anos a indenização é igual a 100% do valor da cobertura básica do titular

Concorrente (2):

R\$ 130 mil para Morte, Cônjuge e Invalidez. Total segurado: R\$ 390 mil

- Indenização por Invalidez parcial ou total (IPA) em caso de acidente, de acordo com a Tabela de Invalidez Permanente da SUSEP
- Cobertura em dobro para Morte Acidental
- O capital segurado do cônjuge será igual a 50% do valor do segurado titular
- As indenizações pelas Coberturas de Morte e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA) não se acumulam

Concorrente (3):

R\$ 130 mil para Morte (R\$ 260 mil Invalidez Parcial/Total). Total segurado: R\$ 390 mil

- Cobertura em dobro para Invalidez Total ou Parcial (IPA) em caso de acidente, de acordo com a Tabela de Invalidez Permanente da SUSEP

Muito por pouco

O pecúlio é pago de uma só vez, em casos de morte ou de invalidez, ao próprio participante ou a seu beneficiário. O beneficiário pode ser a pessoa escolhida pelo participante, como filhos, pais, marido, esposa, namorado(a), amigo(a), sobrinho(a), e até mesmo uma instituição. Não é preciso ser parente ou dependente. Os pecúlios da PREVI possuem valores mais atrativos que os de mercado. Quem tem até 40 anos de idade contrata o Pecúlio Morte e o Pecúlio Invalidez, na modalidade Júnior, por cerca de R\$ 9 por mês para um valor segurado de R\$ 52 mil. Se você ainda não tem pecúlio, é hora de adquirir um.





Um olho no Brasil e outro no mundo

Conselheiros discutem cenário econômico nacional e internacional

Otimismo. Esse foi o sentimento geral dos participantes do 12º Encontro de Conselheiros da PREVI, na Costa do Sauípe, na Bahia, realizado entre os dias 15 e 17 de junho. Os desafios estratégicos para o Brasil e os impactos internos e externos da economia sobre as empresas brasileiras foram o tema da reunião deste ano – e prevaleceu uma visão positiva do cenário, apesar dos obstáculos no caminho. “Os desafios do país e das empresas são grandes, mas as oportunidades também”, disse o diretor de Participações, Marco Geovanne. “E os conselheiros das empresas em que temos participação têm um papel fundamental para garantir que essas companhias sigam na trilha certa.” Por isso, ele pediu atenção para as tendências de mercado, eventuais mudanças no ambiente regulatório e oportunidades que possam ajudar essas organizações a dar um salto de qualidade.

Os conselheiros estão cientes de seus papéis como guardiões do patrimônio dos participantes. “Tanto os conselhos fiscais quanto os de administração precisam ficar atentos não apenas às suas empresas e aos setores em que elas operam”, disse Antônio Francisco Costa, conselheiro da Sauípe S.A., empresa controlada pela PREVI e que administra o complexo hoteleiro no litoral baiano. “É preciso

prestar atenção ao cenário nacional e internacional para detectar oportunidades e ameaças”, completou.

Ameaças e oportunidades como as acenadas pela China, tema central da apresentação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, durante o encontro. “Queremos atrair empresas chinesas para produzir no Brasil, associadas a parceiros brasileiros”, disse o ministro. Pimentel destacou que, no cenário mundial – em que os chineses se converteram numa grande potência econômica –, apenas quem desenvolve inovação permanece competitivo.

Inovação como patrimônio

Inovação também foi uma palavra-chave na palestra do historiador Francisco Teixeira, do Grupo de Estudos do Tempo Presente, da UFRJ. “A inovação é hoje o principal patrimônio das empresas e criar saber é o principal desafio”, afirmou. No entanto, poucas empresas brasileiras realmente investem nela, alertou. “Mesmo as que investem, gastam o orçamento em compra de máquinas e sistemas, e não em desenvolvimento de serviços e produtos.”

Marcos Torres, conselheiro da Coteminas, empresa do setor têxtil, um dos mais afetados pela



Maria Elena Reddo Alves

competição chinesa, concorda que inovar é um dos principais trunfos para enfrentar a concorrência externa. “A China é um desafio”, disse. “Mas o Brasil tem condições de vencê-lo. As vantagens da Coteminas, em particular, são a expertise, a inovação, o mercado brasileiro e uma produção destinada para esse consumidor”, enumerou.

Torres é um executivo experiente, ex-presidente da operadora de celular Claro e um dos poucos conselheiros indicados pela PREVI que não são participantes do Fundo. Ele falou sobre sua contribuição: “É uma forma de trazer uma visão nova para os conselhos, que se soma ao excelente trabalho de governança corporativa desenvolvido pela entidade e por seus representantes”, explicou.

Já Marcelo Gasparin da Silva, conselheiro da Celesc, participou do Encontro como convidado. Ele faz parte do conselho de administração da distribuidora catarinense de energia, mas não foi indicado pela PREVI e sim pelo acionista controlador. “É a primeira vez que outros conselheiros participam do Encontro”, disse. “Foi muito bom poder alinhar a visão de gestão com os colegas ligados à PREVI. Afinal, o objetivo de todos nós é um só: dar retorno e rentabilidade aos investimentos”, afirmou.

E para isso é preciso estar bem preparado. “Leio revistas especializadas, procuro me informar, ter uma visão mais eclética”, disse Wilton Daher, conselheiro fiscal da CPFL. Daher também é conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pelo Instituto de Seguridade Social (ISS). “Afinal, o trabalho é sempre complexo e desafiante.” Mesmo quando o cenário é positivo, como completa: “O Brasil é a bola da vez como destino de investimentos internacionais: a massa salarial cresceu, a economia é sólida”, enumerou.

Desafios criam oportunidades

Sérgio Paulo Silva, conselheiro fiscal suplente da Ultrapar, por sua vez, admite que o Brasil tem desafios a superar, mas também joga no time dos otimistas. “Hoje, o país en-

frenta o risco da abundância, muito melhor do que o da escassez”, afirmou. “É muito mais confortável ter de enfrentar um gargalo de infraestrutura do que uma crise de estagnação”, comparou. Ele lembrou também que vencer esses desafios pode representar um salto para o país e para suas empresas. “Como o investimento em educação, por exemplo, que será vital.”

Outro tema importante debatido pelos conselheiros foi a adequação das empresas brasileiras às normas contábeis internacionais. “Isso vai ser um dos grandes desafios do ano”, disse Maria Elena Reddo Alves, conselheira fiscal suplente da Gerdau Metalurgia. Segundo ela, ainda não houve tempo para adaptação à norma contábil IRFS, usada na Europa, mas os efeitos serão positivos para a governança corporativa das companhias. “Isso cria uma linguagem única: uma fábrica na China, no Brasil ou na América do Sul terá o mesmo padrão contábil. É um idioma mais universal do que o inglês.”

A aplicação das normas, segundo Maria Elena, aumenta a transparência dos números. E, como se vê, todos os debates sempre voltam à governança corporativa e aos instrumentos de controle. Conselheiro em empresas por indicação da PREVI há sete anos e certificado pelo ISS e IBGC, Antônio José de Carvalho assumiu recentemente uma vaga no conselho da Forjas Taurus. “É um bom momento, em que a empresa se reestrutura, cria um conselho independente e evolui nos níveis de governança da Bovespa”, disse.

Torres, o conselheiro da Coteminas, resume a importância do tema – e do Encontro – para os participantes. “A governança é o principal pilar de uma empresa bem administrada. E a PREVI, com sua experiência nessa área, apresenta um diferencial e tanto. Basta comparar o resultado das empresas de que ela participa com o de empresas concorrentes. São ilhas de excelência na economia brasileira”, concluiu. O bolso dos participantes agradece. ●

Marcos Torres



Bom conselho nunca é demais

Representantes nas empresas defendem interesses dos participantes

“A aposentadoria dos participantes também depende do sucesso das empresas onde temos participação”, diz Marco Geovanne, diretor de Participações da PREVI. Os números confirmam. Em 2010, os dividendos distribuídos por essas companhias representaram cerca de 40% dos benefícios pagos. E, com a perspectiva de juros mais baixos no longo prazo na economia brasileira, aumenta a importância dos investimentos acionários. Afinal, sem eles, ficaria cada vez mais difícil cumprir as metas atuariais. Por isso, o papel dos representantes nos conselhos de administração e fiscais das empresas é vital: são 180 pessoas que ajudam a zelar pelo patrimônio de 190 mil participantes.

É uma responsabilidade e tanto. Não custa lembrar: o conselheiro de uma empresa de capital aberto responde pessoalmente por seus atos aos acionistas da companhia, aos reguladores do mercado financeiro e à Justiça. Por isso,

enquanto os conselheiros acompanham de perto as empresas, sua atuação também é avaliada em detalhes para garantir que eles cumpram adequadamente suas funções. “Temos um sistema automatizado, que acompanha mensalmente a produção de relatórios, a qualidade dos informes e a análise dos números para medir a eficiência do conselheiro”, diz Geovanne.

Não é à toa, portanto, que é difícil entrar nesse time. A seleção é rigorosa e o número de interessados, enorme. “Recebemos 4 mil currículos na última seleção”, conta Geovanne. A meta é manter uma taxa de renovação de cerca de 10% dos conselheiros a cada ano. Normalmente, eles permanecem na função por cerca de quatro anos. “É preciso dar tempo para que o conselheiro conheça profundamente a empresa e o mercado em que ela atua”, explica.

Um grupo diversificado, que inclui mulheres e aposentados

A seleção dos conselheiros também está em linha com a política de igualdade de gêneros da PREVI. Com isso, aumentou a presença de mulheres no grupo. Hoje, já são 20 conselheiras nas empresas participadas – ou seja, nas companhias em que a PREVI tem participação. Além disso, cerca de 70% dos conselheiros são aposentados do Banco do Brasil.



Marco Geovanne

Eventualmente, são selecionados profissionais do mercado para preencher algumas vagas específicas, mas, em geral, os conselheiros também são participantes. “Ninguém tem mais interesse de cuidar desse patrimônio do que um participante da própria PREVI”, diz Geovanne.

Homens ou mulheres, aposentados ou ativos, participantes ou não, esses conselheiros têm um papel chave na transparência e na boa gestão das companhias. Em primeiro lugar, um bom conselho jamais deve ser uma simples instância burocrática de aprovação da diretoria. “Eles são o coração do sistema de governança corporativa. Os conselhos são estratégicos para o funcionamento da empresa”, diz Eliane Lustosa, conselheira do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Segundo Eliane, os bons conselheiros monitoram as decisões da diretoria, corrigem falhas de gestão, mas não devem se limitar a isso. “O ideal é que não se atenham unicamente a deliberar sobre o que é apresentado pela diretoria executiva”, diz. “Eles devem saber buscar também aquelas informações que não chegam ao conselho e isso supõe uma postura ativa.”

Um leque de conhecimentos amplo é desejável, mas saber tudo é impossível. No entanto, o bom conselheiro deve ter um “kit básico” de habilidades, como defende Eliane: “Motivação, interesse e capacidade de defender pontos de vista próprios são fundamentais para a função”.

Todo esse esforço é recompensado com o aumento dos dividendos e a valorização das empresas. “Do ponto de vista de um fundo de pensão, isso é fundamental para adequar o valor dos ativos ao passivo de longo prazo, ou seja, à necessidade de pagar os benefícios dos participantes”, diz Eliane.

A conselheira do IBGC vê ainda um papel muito importante de investidores institucionais como a PREVI no amadurecimento do mercado brasileiro de capitais. “Um fundo de pensão tem um interesse primordial de valorizar a empresa, o que diminui o potencial

de conflito de interesses que pode acontecer com outros grandes acionistas”, diz Eliane. “Por isso, os fundos acabam impulsionando a melhoria da governança corporativa nas empresas brasileiras.”

“Avanços na governança com certeza geram mais valor para os ativos”, afirma Geovanne, convicto do papel positivo dos investidores institucionais para melhorar a qualidade do mercado de capitais. “À medida que as empresas se modernizam e abrem o capital, elas passam a buscar recursos de longo prazo. E nós somos o carro-chefe da poupança de longo prazo no país, hoje”, argumenta ele. “Isso contribui para que as empresas adotem as melhores práticas de governança, até mesmo quando somos minoritários”, conclui. ●

‘A aposentadoria dos participantes também depende do sucesso das empresas onde temos participação’

Marco Geovanne,
diretor de Participações

‘Motivação, interesse e capacidade de defender pontos de vista próprios são fundamentais para a função de conselheiro’

Eliane Lustosa,
conselheira do IBGC



Um aprendizado que começa na escola

Programa pioneiro no Brasil ensina noções de economia a crianças e jovens da rede pública

Comprar é um verbo que a maioria das pessoas, sejam jovens ou adultos, gosta de conjugar e praticar. Mas como adquirir bens e serviços de forma consciente, sem gerar dívidas impagáveis? Educar financeiramente os consumidores, desde pequenos, é o caminho para uma sociedade mais consciente e menos endividada, como garantem os especialistas. Eles indicam os principais fatores que levam ao endividamento no longo prazo: a pouca ou nenhuma habilidade para tomar decisões financeiras e obter crédito, e o consumismo exagerado.

Para Eliana Bussinger, mestre em Economia pela FGV e aposentada pela PREVI, é impossível ignorar a importância do dinheiro em nossa vida e, por isso, aprender a lidar com ele facilita o presente e permite planejar o futuro. Ela explica que, a partir do momento em que uma criança aprende as principais operações matemáticas, já se devem introduzir conceitos financeiros em seu dia a dia. “É preciso ensinar as pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos, a utilizar o dinheiro de maneira eficiente no presente, buscando, ao mesmo tempo, criar uma cultura de poupar para realizar objetivos ou reduzir vulnerabilidades futuras”, alerta.




O governo tem se esforçado para garantir um futuro economicamente mais saudável por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). Instituído em maio, por meio de decreto, o programa prevê uma série de iniciativas pedagógicas voltadas para os estudantes das escolas públicas, com o objetivo de erradicar o analfabetismo financeiro no país. Assuntos como orçamento doméstico, poupança, aposentadoria, seguros e financiamentos farão parte oficialmente do currículo escolar público a partir de 2012. “Os professores desenvolverão conteúdos adaptados para todas as turmas dos ensinos fundamental e médio”, explica Sérgio Jamal Gotti, diretor de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para Educação Básica do MEC. E o mais interessante: “o conteúdo será distribuído pelas aulas de matemática, história, ciências sociais e até português. Não haverá uma disciplina específica”.

A rigor, desde agosto de 2010, a Enef é oferecida, por meio de projeto-piloto, em algumas escolas públicas do país. E o resultado positivo na vida dos jovens e de suas famílias já é notável. “A orientação ajuda na tomada de decisões quando os assuntos são monetários. Os alunos estão aprendendo a lidar com o dinheiro e estão orientando suas famílias, que já fazem orçamento doméstico e poupam seu dinheiro para realizar objetivos futuros”, comenta Gilvana Linhares, orientadora da Secretaria Estadual de Educação do Ceará.

Cristian Quijada Torres, especialista em Desenvolvimento do Setor Privado do Banco Mundial (Bird), afirma que, durante a aplicação do projeto, os alunos ampliaram seus conhecimentos sobre taxas de juros, empréstimos e financiamentos, pagamento mínimo de cartão de crédito, seguros e imposto de renda. “Isso não ocorreu por acaso. Verificamos que, por causa do programa, ocorreu esse aumento da alfabetização financeira”, disse.

Até 2012, programa será estendido a toda a rede pública

O MEC, em parceria com o Banco Mundial (Bird), a BM&FBovespa, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central, entre outras instituições, está levando a Enef para dentro das salas de aula. Com a distribuição de material didático para professores e treinamento via internet, 450 escolas nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal passaram a oferecer Educação Financeira para mais de 12 mil alunos, desde agosto de 2010. “E, em 2012, incluiremos o programa em todas as unidades públicas”, reforça Gotti. “A Educação Financeira não se resume a ensinar o consumidor a tomar crédito, mas inclui a verdadeira noção de cidadania. Ela abrange o planejamento de um projeto de futuro, que garanta melhores condições de vida; o controle do orçamento doméstico, para assegurar a estabilidade financeira da família; o incentivo à poupança, como instrumento de realização dos sonhos de consumo; o aprendizado de como investir no mercado de capitais para auferir lucro; e, de quebra, garantir uma economia mais sólida”, explica Juliana Barral, diretora da Universidade do Banco Central (BC), um dos parceiros da Enef.

Segundo Miriam Bruhn, economista do Bird, os números iniciais da Enef já são muito bons, mas é preciso lembrar que o programa completou apenas seis meses nas escolas, do total de três semestres do projeto-piloto. “Os resultados apresentados no primeiro semestre são muito bons, e a nossa expectativa é de mais evolução pela frente. O que fica muito claro é que os jovens que recebem aulas de finanças estão mais preparados para lidar com dinheiro e com os conceitos de gasto e poupança em seu dia a dia. Eles acabam por multiplicar esse conhecimento em casa, com os pais e os amigos, o que mostra a importância do trabalho”, revela Miriam, acrescentando que uma nova avaliação será feita no final deste ano. 

Consumidores atentos

O trabalho da Enef mostra que os jovens brasileiros da rede pública do ensino médio são consumidores atentos. Eles consideram relevante, no momento de comprar um produto, questões como preço (71%) e benefícios que este pode trazer (51%). A maioria negocia descontos (57%) e pesquisa o produto em outras lojas antes de se decidir pela compra (87%). A pesquisa mostra que os jovens gastam principal-



Juliana Barral, do Bacen



Maria Helena Santana, da CVM

mente com roupas (63%) e lanches (37%). As estudantes do sexo feminino de melhor nível socioeconômico e com pais que concluíram o ensino médio apresentam mais conhecimentos sobre finanças. Em contrapartida, o menor aproveitamento foi registrado entre os estudantes que habitam em casas com mais de cinco pessoas e com histórico de reprovação escolar.

Agentes multiplicadores

Cristian Torres afirma que o ensino financeiro nas escolas é muito importante e que os adolescentes, e também as crianças, são agentes multiplicadores poderosos em nossa sociedade. “Esse conhecimento que os jovens adquirem é fruto do ensino nas escolas. Os alunos atendidos pela Enef se sentem mais seguros para responder a perguntas sobre taxas de juros, financiamentos, seguros, imposto de renda e pagamento mínimo de cartões de crédito.

E ainda aproveitam para repassar seus conhecimentos aos pais e familiares, colocando em prática, no dia a dia, o que aprenderam”, avalia.

Rogelio Marchetti, especialista financeiro sênior do Bird, explica que a experiência pioneira de aplicar um programa de Educação Financeira na escola – e de instituir um programa-piloto antes de universalizá-lo – viabiliza políticas públicas mais responsáveis.



Makhtar Diop, do Bird

A presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Santana, diz que o objetivo das aulas é preparar os jovens para planejar seu futuro sem influência de modismos ou necessidades criadas artificialmente. “O programa de Educação Financeira ainda será ampliado: vai se tornar nacional, e vai incluir as famílias”, adianta.

O diretor do Banco Mundial para o Brasil, Makhtar Diop, reforça que a Educação Financeira tem impacto sobre os hábitos de consumo dos alunos e de suas famílias, e cria uma cultura de poupança. “É impressionante como o que se ensina a um jovem é absorvido e repassado adiante. Percebemos, por meio dos números da pesquisa e de relatos dos professores e dos próprios jovens, que o programa de Educação Financeira já está mudando a realidade das famílias. Os filhos ensinam os pais a fazer planilhas de custos, pedem descontos nos pagamentos à vista, estudam os juros possíveis em uma compra parcelada e já pensam em poupar dinheiro, seja muito ou pouco, para conseguir realizar seus objetivos futuros, que vão da compra de uma mochila da moda a uma viagem”, explica.



Sergio Gotti, do MEC

Crédito responsável evita endividamento

“Se comprar é muito bom, manter a conta bancária no azul e não ter dívidas ao adquirir bens é melhor ainda”, afirma Gilberto Braga, professor de Economia do Ibmecc-RJ. Mas com o crédito cada vez mais facilitado, é necessário fazer as contas para não utilizá-lo de forma irresponsável, evitando o endividamento, que gera muita dor de cabeça e afeta a vida de muita gente. Para isso, o segredo, de acordo com o especialista, está em usar o crédito com cuidado, evitando tanto entrar no cheque especial, quanto se limitar a pagar o valor mínimo do cartão ou parcelar compras a perder de vista. “Quem possui Educação Financeira sabe o real valor do dinheiro e como usá-lo, o que permite uma utilização consciente do crédito, que só traz benefícios à saúde financeira e mental dos consumidores”, avalia.

Segundo o Banco Central, existem, atualmente, mais de 25,7 milhões de devedores no país, o que representa um passivo de R\$ 526 bilhões. O maior índice de inadimplência está nas operações de empréstimo pessoal (com cheque, boleto ou carnê), que somam R\$ 166,4 bilhões. No segundo lugar estão os financiamentos de veículos novos e usados, que representam cerca de R\$ 91,1 bilhões; e, em terceiro, o financiamento para compra da casa própria, totalizando R\$ 81,7 bilhões.

Gilberto dá duas dicas a quem tem muitas dívidas: “O ideal é pegar um empréstimo bancário para quitar todas as contas, incluindo cartão de crédito e cheque especial. Com isso, o consumidor passa a conhecer a sua dívida real, já que tudo fica concentrado em um único banco, evitando, assim, a possibilidade de se pagar o mínimo da fatura do cartão, ou utilizar o cheque especial para cobrir uma outra dívida, ou, ainda, esquecer de pagar alguma fatura. O crédito consignado, que tem o desconto direto na folha de pagamento, costuma ter as menores taxas de juros porque o credor tem a certeza do recebimento dos valores”, alerta.

Planejamento doméstico

O controle das contas deve começar com o planejamento dentro de casa. “Em primeiro lugar, você tem de fazer orçamento mensal. Pode ser numa planilha, ou até no papel de pão. O importante é ter noção dos gastos e controlar as despesas. As pessoas acham que fazer orçamento é desnecessário porque têm noção do que gastam. Essa noção é falsa”, alerta Gilberto.

O especialista também sugere aos endividados compartilhar a situação em casa. “Eles devem revelar à família a real situação financeira. Assim, todos podem ajudar, gastando menos. Na maioria dos casos, isso não acontece porque as pessoas têm vergonha de falar”, afirma.

Outro conselho de Gilberto é uma providência rápida. “Quanto mais tempo se demorar para reagir, maiores serão os juros. E aí quem sofre é a saúde: pessoas com dificuldades financeiras têm mais tendência a estresse”, explica. ●



Leia sobre o programa +MaisPREVI, de Educação Previdenciária, no site da PREVI: previ.com.br



Brasil profundo

Nesta edição, a Revista PREVI apresenta mais três obras escritas por nossos participantes, que revelam traços de um Brasil profundo, dos sertões do país e de seus desafios sociais e ambientais, além de uma viagem aos anos 1920.



Levado ao Vento

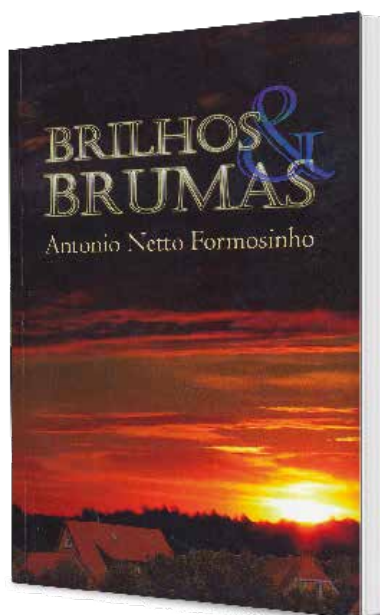
Geraldo Ananias Pinheiro, aposentado
Editora Thesaurus, 2010
508 páginas

Levado ao Vento é um romance de época cujo palco é a região do extremo sul do Ceará, conhecida por Cariri, “onde vive população que recebe a influência de clima diferenciado, quase um oásis no sertão nordestino, este desafio do semi-árido”, diz o cearense Geraldo Ananias Pinheiro, que trabalhou no Banco do Brasil entre 1975 e 1998. Terceiro livro do autor, *Levado ao Vento* conta a história de superação de uma criança nascida na zona rural do Ceará. Quem quiser comprar o livro pode encomendá-lo pelo telefone (61) 9167-1824, ou pelos e-mails geraldo.ananias@terra.com.br e ge_ananias@hotmail.com.

Brilhos e Brumas

Antônio Netto Formosinho
Edição do Autor, 2008
137 páginas

Em *Brilhos e Brumas*, Antônio Netto narra sua adolescência, nos anos 20 e 30 do século passado. A obra fala sobre uma vida na qual não se conheciam produtos tecnológicos como telefone celular, televisão e satélites. O leitor poderá apreciar o trajeto dos personagens que, acompanhando a marcha do tempo, chegam ao século atual plenos de conhecimento e realizações. *Brilhos e Brumas* é a terceira publicação de Antônio Netto. Lamentavelmente, o autor faleceu logo após o lançamento do livro. Para adquirir a obra, entre em contato com a família pelo telefone (71) 3382-4313.



O Grito da Terra

Ubirajara Franco, aposentado
Edição do Autor, 2009
204 páginas

A ecologia e o meio ambiente são o tema central de *O Grito da Terra*. Natural de Abadia, em Minas Gerais, Ubirajara Franco é aposentado pelo Banco do Brasil e autor de diversos livros. Reuniu nesta publicação poemas que falam da devastação da flora e da fauna; da desigualdade social como principal causa dos males que assolam nosso país; do preconceito que impera em nossa sociedade; e da ingenuidade de nosso folclore, que conquistou espaço entre as demais belezas de nossa nação. Para adquirir o livro, entre em contato com o autor pelo telefone (34) 3332-7443 ou pelo e-mail ubirajarafranco@hotmail.com.

Mantenha contato


Mudou de endereço, trocou o e-mail ou número do celular?

Atualize seus dados.

Para isso, acesse o menu **Seu Cadastro**, no autoatendimento do site da PREVI ou ligue para nossa Central de Atendimento.

Também no menu **Seu Cadastro**, você pode inibir o recebimento de publicações pelo correio, o que pode interessar a quem prefere a internet como fonte de informação, aos casais de associados que recebem as publicações da PREVI em duplicidade ou àquela pessoa que simplesmente deseja reduzir o consumo de papel no seu dia a dia.



A vertical stream of water falls from the top center, hitting a horizontal surface of water. This impact creates a large splash with many bubbles and ripples that spread out across the middle of the page. The background is a light, clean white.

Pelo site, o participante da ativa do Plano 1 pode simular e preservar o nível do Salário de Participação

Participantes do Plano 1, da ativa, têm agora uma ferramenta que calcula e permite a **Preservação do Salário de Participação**. Disponível no autosserviço do site, a opção traz gráficos e cálculos personalizados, indicando se há ou não valores a preservar.

Por que preservar? Como se sabe, existem fatores que podem reduzir sua remuneração no BS, como a interrupção de horas extras, de substituição ou de adicional noturno, além do descomissionamento. Optando pela preservação, você pode assegurar um benefício futuro correspondente à remuneração mais favorável.

Para saber mais acesse, no site da PREVI, Planos e Produtos > Plano 1 > **Preservação de Salário** e use o Simulador no autosserviço.



previ.com.br